

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.095.443 - MG (2017/0101010-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADOS : VIVIANE DE CASTRO SILVA - GO033901
MAURO CELSO DE PAULA JUNIOR VARGAS E OUTRO(S) -
MG166716
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : THIAGO BRANDÃO DE OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADO : TAYRONE DE MELO - GO002189
INTERES. : RECUPERA RECUPERACAO DE CREDITOS LTDA
ADVOGADO : PAULA RIBEIRO PIRES DOS SANTOS - GO033093

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15), interposto por **JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO**, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 174-175, e-STJ).

O apelo nobre, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 67, e-STJ):

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - NECESSIDADE DE SUBSUNÇÃO ÀS HIPÓTESES LEGAIS - SUPOSTA DEMORA NO EXAME DE PETIÇÕES - INAPTIDÃO PARA CONFIGURAR INTERESSE DO MAGISTRADO NA CAUSA - APURAÇÃO DE EVENTUAL TUMULTO PROCESSUAL ACUSADO PELO MAGISTRADO - CORREIÇÃO PARCIAL. A suspeição de juiz consiste demanda a subsunção a uma das hipóteses legais versadas no art. 135 do CPC. Eventual demora na análise de petições pelo juiz não configura hipótese de interesse do magistrado no julgamento da causa a favor de uma das partes, sendo a correção parcial o meio adequado para apuração do hipotético tumulto processual.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 99-104, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 107-120, e-STJ), o recorrente, ora agravante, apontou violação aos artigos 139, I e III e 145, IV, do CPC/15 e ao artigo 35 da Lei Orgânica dos Magistrados n. 35/79. Sustentou, em suma, a existência de suspeição do juiz na hipótese, o qual apreciou "somente petições da outra parte, causando prejuízos sem querer analisar a defesa" (fl. 114, e-STJ), bem assim que o recorrente apresentou "teses novas, fatos novos que precisam ser analisados pelo recorrido a fim de dar uma decisão justa, apreciando os fatos e provas de ambas as partes" (fl. 116, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 151-154, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 174-175, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 183-193, e-STJ).

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da ocorrência de suspeição de magistrado nestes autos, a qual fora suscitada pelo ora agravante, que aponta violação aos artigos 139, I e III e 145, IV, do CPC/15 e ao artigo 35 da Lei Orgânica dos Magistrados n. 35/79.

No particular, assim decidiu o órgão julgador:

Depreende-se dos autos que o excipiente opôs a presente exceção de suspeição do juiz, ao fundamento de que configurado interesse do magistrado no julgamento da causa em favor da parte contrária ao excipiente.

A exceção de suspeição consiste no meio processual adequado para impugnar parcialidade do juiz no processamento e julgamento do i feito.

O cabimento de tal incidente processual encontra-se adstrito às hipóteses excepcionais taxativamente arroladas no art. 135 do CPC,[...].

Por consistir em medida excepcional, a procedência da exceção de suspeição **demanda prova cabal da parcialidade do juiz**, conforme reiterada jurisprudência: [...]

Neste contexto, cumpre asseverar que o excipiente alegou a existência de interesse do magistrado no julgamento da causa em favor do exequente.

Todavia, **o excipiente sequer apontou qual seria o suposto interesse do magistrado na causa.**

Ao revés, foi alegado tão-somente a suposta demora do magistrado na análise de petições protocoladas pelo excipiente. [...]

Ausente comprovação no feito do alegado interesse do magistrado no julgamento da causa em favor de uma das partes, deve ser julgado improcedente o pedido, com seu respectivo arquivamento, consoante disposto no art. 314 do CPC. (fls. 68-71, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, o Tribunal local utilizou como razão de decidir a ausência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 135 do CPC/15 no caso *sub judice*, bem assim o fato de o recorrente não ter apontado qual seria o suposto interesse do magistrado na causa, fundamentos estes não atacados nas razões do apelo extremo. Em suas razões recursais, o insurgente limitou-se a apontar violação aos artigos 139, I e III e 145, IV, do CPC/15 e ao artigo 35 da Lei Orgânica dos Magistrados n. 35/79, insistindo na tese de ocorrência da suspeição, deixando de rebater o principal fundamento do acórdão recorrido.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado, impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". Precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. LUCROS CESSANTES. FUNDAMENTO INATAcado. MORA DO COMPRADOR. SÚMULA 283 E 284 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME.

SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". [...] 3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 874.193/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, Dje 08/09/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 283 DO STF. [...] 5. A existência de fundamento inatacado no julgado, suficiente para manter a decisão, atrai o óbice contido na Súmula nº 283 do STJ, aplicável por analogia. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 719.286/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, Dje 21/06/2016) [grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 283/STF à hipótese, ante a existência de fundamento inatacado apto a manter o acórdão recorrido.

2. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator